

Sucessão ganha novo prazo

Sucessão Presidencial
Haroldo Hollanda

O presidente Sarney resolveu vetar o dispositivo da lei eleitoral que restringia até 15 de maio o prazo para filiação partidária dos candidatos à sucessão presidencial. Com isso se reabre praticamente em todos os partidos o problema das candidaturas à Presidência da República. Embora o prazo limite para convenções se esgote no dia 15 de julho, posteriormente os partidos, às vésperas das eleições, poderão retirar seus candidatos, substituindo-os por outros que considerem mais viáveis do ponto de vista eleitoral. Aponta-se como exemplo ilustrativo o que aconteceu nas últimas eleições de Curitiba para prefeito, quando o PDT resolveu apresentar como seu candidato o arquiteto Jaime Lerner, que acabou vitorioso. Isso dá uma maior flexibilidade ao processo político no seio dos partidos e poderá ser usado até mesmo pelos dois maiores, o PMDB e o PFL, se seus respectivos candidatos, Ulysses e Aureliano Chaves, não vierem a decolar. Não era sem razão que ontem mesmo, em círculos do PFL, admitia-se a possibilidade do ressurgimento, por exemplo, da candidatura do empresário Antônio Ermírio de Moraes, se por algum motivo qualquer vier a despencar nas pesquisas a candidatura do ex-governador Fernando Collor de Mello.

Outra alternativa que a liberalidade da legislação irá propiciar, dentro de tese sustentada há muito tempo pelo senador Afonso Camargo: se as chamadas forças de centro, que compreendem PMDB, PFL, PTB e outros partidos, em se-

tembro chegarem a conclusão de que suas probabilidades eleitorais de vitória são reduzidas, a eles se abrirá a oportunidade de retirar seus candidatos em benefício de um novo nome que tenha condições de empolgar a Nação nas urnas.

Enquanto isso se passa, os que advogam no Congresso a imediata implantação do parlamentarismo acham que se deve deixar a situação econômica agravar-se ao máximo, a fim de que os próprios acontecimentos propiciem a mudança do regime. Alega-se que a emenda parlamentarista deve ser concluída e deixada pronta no fundo da gaveta, só devendo ocorrer sua formalização perante o Congresso, quando o quadro de emergência vier a se configurar. Argumenta-se que de nada adiantaria a Sarney e ao seu Governo apresentar um elenco de medidas para resolver a crise econômica. Ou modificar a atual equipe econômica. Pondera-do, porém, que todo esse quadro de adversidade poderá se modificar, radicalmente, mesmo com Sarney na Presidência da República, se o parlamentarismo for adotado. A chefia do governo seria confiada a personalidade política de grande conceito e nessas condições poderia ser convocada uma figura conceituada do pensamento econômico para resolver os problemas da inflação. Para não configurar casuismo ou golpe de Estado, adverte-se que o parlamentarismo só teria vez no bojo de grave crise institucional, com a hiperinflação como realidade concreta e a ameaça de desordens nas ruas.